



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARIA DAMIANA BAIA DE OLIVEIRA

O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE PORTEL-PA

Portel – PA
2019



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARIA DAMIANA BAIA DE OLIVEIRA

O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE PORTEL-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Humanas do Campus Universitário do Marajó-Breves da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientação: Prof. Me. Marielson Rodrigues Guimarães.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

O48d Oliveira, Maria Damiana Baia de
O direito à educação infantil no município de Portel-PA / Maria Damiana
Baia de Oliveira,. — 2019.
39 f. : il. Color.

Orientador: Prof. Me. Marielson Rodrigues Guimarães
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação e
Ciências Humanas, Campus Universitário de Breves, Universidade Federal do
Pará, Breves, 2019.

1. Educação Infantil. 2. Legislação. 3. Estrutura. 4. Realidade. 5. Reflexão. I. Título.

CDD 370.210981

MARIA DAMIANA BAIA DE OLIVEIRA

O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE PORTEL-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Humanas do Campus Universitário do Marajó-Breves da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

Banca Examinadora:

Prof. Me. Marielson Rodrigues Guimarães
(FECH/CUMB/UFPA) (Orientador)

Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes
(FECH/CUMB/UFPA) - Examinador

Prof. Dr. Eunápio Dutra do Carmo
(FACSS/CUMB/UFPA) - Examinador

Dedico este trabalho, a todos os sujeitos envolvidos no processo educacional, a cada docente, discente, diretor, coordenador, pessoal de apoio que não medem esforços para fazer o processo educacional acontecer.

Dedico também a minha família que durante todo esse percurso sempre me deu o apoio necessário para não desanimar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por me fazer perseverante nesta caminhada. Agradeço também a meu esposo Ivaldo e meus filhos pelo apoio e compreensão nestes quatro (04) anos de estudos. Presto aqui também os meus agradecimentos a cada professor que contribuiu nesse processo formativo, por cada ensino deixado e cada descoberta feita. Muito obrigada a todos !

RESUMO

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade. Diante disso, esse trabalho é uma pesquisa sobre a Educação Infantil com o seguinte objetivo geral: analisar os principais documentos; a historicidade; e os direitos de integração e permanência das crianças de 0 a 5 anos no processo educativo infantil no município de Portel/Pará. Dentro das especificidades este documento apontará de forma sistemática o percurso da educação infantil e a reflexão acerca dos números indicativos e a realidade vivenciada no lócus da pesquisa, obviamente, trazendo informações que perpassam do global ao local na medida do possível. Para a realização da pesquisa, utilizou-se o campo de pesquisa bibliográfica de cunho exploratório e com as reflexões sendo empíricas e contextualizadas com vários autores da educação tais como: Demo (2003), Mendez (1994), Montessori (1965), dentre outros. Como resultado da pesquisa, conclui-se que o atendimento da educação infantil em Portel, em sua maioria funciona em situação de extrema precariedade, principalmente no campo, onde as crianças precisam pegar embarcação precária para chegar até a escola. Outro ponto negativo são as 5 obras de escolas de educação infantil que encontram-se paradas sem data para continuação.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Legislação. Estrutura. Realidade. Reflexão.

ABSTRACT

Early Childhood Education is the first stage of Basic Education and is aimed at the integral development of children from zero to five years of age in their physical, affective, intellectual, linguistic and social aspects, complementing the action of the family and community. Therefore, this work is a research on early Childhood Education with the following general objective: to analyze the main documents; historicity; and the rights of integration and permanence of children from 0 to 5 years in the child education process in the municipality of Portel/Pará. Within the specificities this document will systematically point out the course of early childhood education and reflection on indicative numbers and the reality experienced in the locus of research, obviously, bringing information that pervade the global to the site in As far as possible. For the accomplishment of the research, we used the field of bibliographic research of an exploratory nature and with the reflections being empirical and contextualized with several self of education such as: Demo (2003), Mendez (1994), Montessori (1965), among others. As a result of the research, it is concluded that childcare in Portel mostly works in a situation of extreme precariousness, especially in the countryside, where children need to pick up precarious boats to get to school. Another negative point are the 5 works of kindergartens that have been stopped without a date for continuation.

Keywords: Early childhood education. Legislation. Structure. Reality. Reflection.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 –	Vista aérea do município de Portel/Pará.....	26
Ilustração 2 -	1ª foto Escola de Educação Infantil Ana Margarida Portel/Pará. 2ª foto Sala de aula da educação infantil na escola Elmo Balbinot (zona rural). 3ª foto Obra de Escola de educação infantil paralisada.....	30

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Comparativo nacional e estadual de Percentual de crianças de 0 a 3 anos na escola até 2015.....	30
Gráfico 2 -	Comparativo nacional e estadual de Percentual de crianças de 4 e 5 anos na escola até 2015.....	31
Tabela 1 -	Número de matrículas na Educação Infantil no Município de Portel-PA.....	32
Tabela 2 -	Número de matrículas na Educação Infantil - Pré-Escolar no Município de Portel-PA.....	33
Tabela 3 -	Número de matrículas na Educação Infantil – Creche no Município de Portel-PA.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF- Constituição Federal

CNE – Conselho Nacional de educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EDUCACENSO – Censo Escolar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PNE – Plano Nacional de Educação

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores

PMEs – Planos Municipais de Educação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Portel

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	BREVE ANÁLISE DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO.....	16
2.1	Historicidade da educação infantil no Brasil.....	17
2.2	A interferência do Banco Mundial na Educação Infantil no Brasil...	19
2.3	A legislação e o direito a Educação Infantil.....	21
3	DADOS SOCIOECONOMICOS DO MUNICÍPIO DE PORTEL-PA.....	26
3.1	Identificação do município.....	26
4	ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE PORTEL/PA.....	28
4.1	Dificuldades no atendimento da demanda na Educação Infantil.....	28
4.2	Educação Infantil no município de Portel-PA: negação do direito...	32
4.3	A Relação entre Educação Infantil e o espaço físico.....	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
	REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

As brincadeiras, a fantasia, os jogos, os sonhos fazem parte do imaginário de muitas pessoas a lembrarem da infância. Porém, ser criança hoje é muito diferente de alguns tempos atrás. Será que existe tempo e espaço para as crianças viverem plenamente esse período tão importante da vida nos dias atuais? Observa-se nesse cenário que a criança sempre foi criança, entretanto esse termo criança, com particularidades próprias, é recente.

A criança é um ser criativo, que é vista pelos adultos muitas das vezes como pessoas agitadas, o que pedagogicamente pode ser compreendido como seres ávidos ao processo de criar e aprender. Enquanto em grandes centros urbanos se debatem temáticas tais como a tecnologia para crianças, em outros se debatem a consolidação do direito da criança a educação. Portanto, o debate relativo à consolidação do direito da criança a educação é muito amplo e riquíssimo em detalhes. Nesta ótica, devemos reconhecer as crianças como sujeitos de direito de aprender a criar e recriar por meio do processo educacional expressos formalmente em leis, resoluções, dentre outras. Estas garantias foram consolidadas por meio de mecanismos de reivindicações de grupos organizados, bem como pela compreensão epistemológica do ser humano como todos sendo vistos como sujeitos de direitos.

A dicotomia de viver entre o direito e a negação do direito é o que postula e motiva a problemática do presente estudo para que haja a análise por meio da pesquisa, pois, se a garantia do direito da criança a educação e afirmativamente aprovado então, quais os documentos legais que dão essa abonação e o que leva ao fracasso na aplicabilidade desse direito? É importante citar aqui que essa análise será ampla, porém, com grande valorização do estudo da temática no cenário local, adentrando o que é específico na realidade do município de Portel.

A princípio, para haver um debate em conformidade com o tema em questão é necessário que se apresente o pesquisador dentro desta temática, ou seja, para que a pesquisa tenha total efeito como princípio educativo é importante destrinchar de que forma a pesquisa irá acontecer e se o sujeito é parte integrante da pesquisa. As pesquisas são realizadas por pessoas de uma determinada comunidade, as quais denominasse como comunidade científica.

Pois bem, em 1998 devido à falta de cursos profissionalizantes e a necessidade de trabalhar, optei pelo curso de magistério que no momento seria uma oportunidade de trabalho através da educação, mesmo sabendo que eram poucas as escolas no município de Portel. No decorrer do curso houve as realizações dos estágios em sala de aula, nos quais passei a compreender que estava no curso certo e consegui concluí-lo em 2001.

Em 2003 tive a oportunidade de fazer parte do quadro funcional de docência em escola de educação infantil neste município de Portel-PA, e desde então atuo como docente, vivenciando rotineiramente a angústia de algumas famílias em conseguir vagas para seus filhos que ainda permanecem fora da escola, isso me chamou muita atenção para estudar, pesquisar e entender melhor sobre os direitos das crianças em estarem inseridas nas escolas de Educação Infantil. Entretanto, é necessário destacar que na atualidade a 1ª meta do PNE, segundo pesquisa do INEP, não foi alcançada; muitas crianças ainda estão fora das escolas infantis.

Em 2014 tive a oportunidade e a felicidade de ser contemplada pelo Programa de Formação de Professores (PARFOR) com o curso de licenciatura em pedagogia em regime intervalar na Universidade Federal do Pará; Campus Universitário do Marajó-Breves; onde o mesmo além de ser tão importante para minha vida profissional e pessoal trouxe-me mais possibilidades desenvolver ações para alcançar meus objetivos principalmente o de estudar e pesquisar sobre o direito da criança à educação infantil. Através do curso estou buscando novos conhecimentos que são muito importantes para minha vivência, seja ela profissional ou pessoal, ou seja, a contemplação com este processo formativo me levou a sentir mais interesse para realizar esse objetivo que já almejava a bastante tempo e, com as atividades do curso de pedagogia e o interesse dos professores e colegas tive certeza que iria enriquecer melhor meus conhecimentos e contribuir para uma educação de qualidade e para um futuro promissor.

O ato de estudar minuciosamente a educação infantil no cenário nacional analisando o que de fato está sendo cumprido e o que não está é o que gera a situação problema deste trabalho, pois, a educação por mais que apresente prerrogativas padrões para os municípios, a mesma é contextualizada de forma diferente nos municípios brasileiros, pelo fato de em alguns lugares as políticas de educação infantil serem evidenciadas mais afundo que em outros.

Assim, o presente estudo traz como problema de pesquisa a seguinte questão: Quais limitações à efetivação do direito à oferta de educação infantil no município de Portel-PA?

Deste modo, este trabalho tem como objetivo geral analisar os principais documentos; a historicidade; e os direitos de integração e permanência das crianças de 0 a 5 anos no processo educativo infantil no município de Portel/Pará.

Para dar conta desta demanda elencamos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar quais leis garante acesso à educação para criança de 0 a 5 anos;
- Quantificar o público de 0 a 5 anos que está sendo atendido por educação formal;

O trabalho em questão apresenta a temática relativa ao direito da criança à educação infantil, porém, o mesmo não se restringe a descrever somente as garantias consolidadas na legislação de nosso país, mas, também, realizar a análise crítica e reflexiva de modo a compreender o processo histórico da educação infantil voltados do global para o local em busca de indicadores acerca da qualidade da educação.

O ensino que se apresenta em nossa sociedade em tempos contemporâneos é fruto de um processo histórico riquíssimo, onde várias correntes de pensamentos foram traçadas, verdades foram desmontadas, tendências não se consolidaram, e outras por sua vez consolidaram-se, pensadores foram subestimados, o povo reivindicou e de fato houve a necessidade de mudanças, enfim, o nosso processo histórico educacional foi permeado de inúmeros desafios.

Segundo Demo (2003, p.2) a pesquisa científica tem como condição primeira, na escola, que o profissional da educação seja pesquisador, ou seja, maneje a pesquisa como princípio científico. Para tanto a pesquisa deve congrega de método científico e procedimentos reconhecidos, desta forma a pesquisa apresentará resultados que não correrão risco de ser alicerçados no senso comum.

Como procedimentos metodológicos para a coleta de informações presentes neste documento, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, ancorados nos procedimentos de análise quantitativa bem como, os agentes envolvidos nesse processo por meio de dados estatísticos que vão desde informações socioeconômicas, população local, Índice Desenvolvimento Humano (IDH), dentre outros fatores que se jugam significativos na compreensão do tema em questão.

Para a coleta e sistematização dos dados inicialmente, esta pesquisa se

caracteriza como um estudo bibliográfico do ponto de vista histórico que o tema propõe e, em seguida, enquanto pesquisa descritiva e exploratória. A pesquisa bibliográfica se caracteriza pela pesquisa e consulta em livros nas principais fontes de referências. Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica tem como base o material já elaborado, como os livros e artigos. Ainda, de acordo com Gil (1999: 71): “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A pesquisa documental segundo Gil (2008, p. 70) “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

A fim de observar, analisar e descrever fatos ou fenômenos, a pesquisa descritiva se faz necessária para que não haja alterações da realidade pesquisada. Segundo Gil (1999: 42), na pesquisa descritiva, “características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática”.

A pesquisa exploratória tem por objetivo familiarizar-se com o assunto pouco conhecido e a descritiva objetiva descrever as características de determinado assunto, sendo a observação o método escolhido como técnica de coleta dos dados com base na historicidade da educação infantil e seu atendimento na rede pública no município de Portel/Pará. De acordo com Gil (1999, p. 44): “os estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisa bibliográfica”, sendo que as principais fontes utilizadas serão livros e artigos científicos.

Como a temática em questão está relacionada a um tema muito amplo, restringiremos o foco das análises para a realidade da cidade, porém, não deixando de expor pontos significativamente relativos à educação infantil no meio rural, haja vista que, o processo de planejamento e realização da educação infantil engloba ou pelo menos deve englobar os dois segmentos supracitados.

Para analisar o trabalho construímos os seguintes eixos:

- Número vagas ofertadas: Por meio deste eixo se pretende fazer o levantamento do número de vagas ofertadas para a educação infantil no município de Portel, essas informações serão coletadas mediante dados da Secretaria Municipal de Educação de Portel.

- As perspectivas e o cumprimento da meta 1 do plano municipal de educação do município de Portel.
- Análise descritiva do município: Com base nos dados presentes no IBGE, será feita uma abordagem descritiva e minuciosa do município de Portel buscando a comparação posicional (ordinal) com demais municípios dos estados, assim, se faz uma análise macro para micro
- Descrição sistemática: realizar a abordagem da Legislação e a aplicabilidade do que é assegurado em lei bem como um demonstrativo local de alunos atendidos e alunos não atendidos pela educação infantil no município de Portel, certamente fazendo análises significativamente necessárias quando preciso for.

O Trabalho está articulado em três capítulos intitulados: Dificuldades no atendimento da demanda na Educação Infantil; Educação Infantil no município de Portel-PA: negação do direito e; A Relação entre Educação Infantil e o espaço físico, que tratam desde as definições políticas e historicidade da educação infantil, passando para uma visão regional até chegar a ao capítulo que faz a análise do objeto estudo, por sua vez, em uma escala local, ou seja, voltada mais especificamente para o município de Portel.

É importante ressaltar também, que mediante a pesquisa bibliográfica que será realizada neste trabalho a pesquisa documental será de extrema valia pois, nos permitirá adentrar de fato em todas as normativas, resoluções, debates e construções da educação infantil em nosso município. Será pertinente também apresentar aqui dados atualizados referentes a educação infantil no município de Portel, bem como, apresentar o que já foi consolidado o que está em andamento e o que se torna inviável de consolidação mediante ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Municipal de Educação de Portel.

Portanto, este trabalho colocará de forma sucinta e clara a compreensão e interpretação que a educação infantil apresenta no cenário constitucional, nos planos e diretrizes e na prática do desenvolvimento do cumprimento do direito das crianças ´na realidade marajoara, especificamente a do município de Portel-PA.

2 BREVE ANÁLISE DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO.

Ao ressaltar que a educação é um direito garantido de todo cidadão brasileiro, é importante frisar que constitucionalmente, temos nossos deveres e acima de tudo somos também sujeitos de direitos. De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal (1988) enfatiza que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Uma corrente de pensamentos se cria a partir do momento em que teoricamente, muito foi produzido para a melhoria de condições para todo cidadão. De antemão, é nevrálgico ressaltar que muito já foi estabelecido para um processo educacional significativamente positivo e não se deve tirar o êxito dos planos e leis que estão em andamento e vem realizando o atendimento de muitos brasileiros ao sistema educacional. Porém, em detrimento ao fator atendimento da educação infantil (0 a 5 anos) o nosso país e mais particularmente a cidade de Portel, precisa de um olhar diferenciado e de investimentos mais significativos, desta forma, pode-se enfatizar aqui que a qualidade e igualdade de espaços na educação infantil são prioritárias em Portel.

De tal forma, a ineficiência no atendimento de crianças da educação infantil é um fator que gera o questionamento maior desta pesquisa que buscará descrever, de forma sistematizada, o que a legislação garante a cada cidadão no que tange a educação infantil, e a reflexão acerca dos principais fatores que permeiam situações de desigualdades entre aqueles que são atendidos.

Portanto, para que a abordagem da problemática em questão seja discutida, é importante que se conheça o processo histórico do atendimento de crianças de zero a cinco anos em nosso país. Os dados apresentados no capítulo seguinte colocarão se forma organizada as etapas que a educação infantil perpassou em nosso país até os direitos garantidos da atualidade por meio de suas resoluções, leis e decretos. A pedagogia freireana tem importância muito grande nas teias de conhecimento e nos debates sobre educação infantil no Brasil, de tal forma, nas palavras de Freire, “Sem sonhos não há vida, sem sonhos não há seres humanos, sem sonhos não há

existência humana” (FREIRE, 2009a, p.41). Para que os sonhos se tornem possíveis, numa perspectiva imaginária de um tempo que ainda não veio, se faz necessário trabalhar e educar a esperança, não uma esperança fantasiosa, pura resignação, mas uma esperança viva que constrói bases para alcançar os sonhos planejados.

2.1 Historicidade da educação infantil no Brasil

As formas de lidar com as crianças durante a idade média buscavam embasamento nos hábitos e costumes herdados da antiguidade. Dessa forma, pode-se enfatizar aqui que neste período histórico o status de criança era particularmente inexistente.

Antigamente, a educação infantil era vista em sua totalidade, como um ato de caridade. Hoje esta realidade ganhou outro olhar, bem diferente daquele presente no passado, uma vez que a Educação Infantil deixa de ser caridade e torna-se direito, a qualidade deste ensino que envolve também o ambiente construído: o espaço físico.

O que hoje compreendemos como educação infantil nem sempre obteve o significado que temos hoje, pois, esse ato de atuar na formação educacional da criança surgiu como uma instituição assistencial que tinha como objetivo atender as necessidades da criança e na maioria dos casos ocupar o lugar da família nesta fase significativa de aprendizagem. De tal modo, as creches que conhecemos hoje são produto da revolução industrial e quanto ao cenário brasileiro as mesmas surgem mediante a urbanização extrema e ao modelo capitalista no qual a mulher na busca de vagas no mercado de trabalho em meio a indústria, reivindica com demais operários por um local para deixarem seus filhos para receberem cuidados enquanto seus pais cumprem com sua carga diária de trabalho. Neste meio, tornar-se o cuidar como atividade principal das creches. E na atualidade, as famílias ainda possuem esse olhar assistencialista? Esse questionamento deve ser investigado em um outro estudo científico.

Durante a década de 1980 muitos estudos e pesquisas foram realizados em relação a educação infantil, e isso representou um avanço muito significativo para a educação infantil pois, consolidou-se que toda criança pequena deveria ter acesso à educação infantil independente, de sua classe social. Assim, em 1988 por meio da Constituição Federal a creche/pré-escola torna-se de fato direito da família e dever

do estado a garantia deste serviço. Como o debate acerca da temática era constante, dois anos após a Constituição Federal surge em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente como instância de reafirmar os direitos constitucionais referentes a educação infantil.

Em meio aos debates e garantias da educação infantil surge em 1994, por meio do Ministério da Educação (MEC) o documento de política nacional de educação infantil que estabelecia metas para a qualidade da educação infantil desde condições de espaço e vagas até a busca de qualificação dos profissionais que atuariam na educação infantil, este debate resultou no documento por uma política de formação profissional na educação infantil.

Com a promulgação da emenda constitucional que criou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, observou-se que o artigo 62 foi precursor quando estabeleceu e extrema necessidade de formação do profissional da educação infantil e, segundo a lei o educador desta área deve possuir ensino superior e admitindo-se como formação mínima o Ensino Médio Normal o (Magistério). E importante salientar que a LDB 9.394/96, exige a formação profissional para atuar como docente na Educação Infantil, ou seja que tenha formação superior, entretanto, deixa explícito, que uma pessoa que tenha concluído a última etapa da Educação Básica, cursando o curso de profissionalização (Magistério) também estará apto a exercer tal função, este é um fator preocupante, que deve ser investigado, pois, até que ponto o curso prepara este profissional?

É importante também enfatizar que o texto também reafirma a responsabilidade dos municípios em manter a educação infantil contanto com a assistência da União e dos estados. Portanto, a educação infantil passou a ser a primeira etapa da educação básica e, a partir deste momento a educação infantil ganha uma amplitude mais ampla dentro do sistema educacional pois, neste dado momento, a criança é vista como alguém capaz de criar e recriar e estabelecer relações socioculturais algo bem distante dos primeiros parâmetros de educação infantil que tinha por principal descrição o ato de cuidar. Como enfatiza Vygotsky:

O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social (Vygotsky, 1984, p. 33).

Desse modo, ao estudar e utilizar as experiências fornecidas pela cultura e as inter-relações a criança reconstrói individualmente os modos de ação realizados externamente e de tal forma aprende a organizar os próprios processos mentais e a importância de conhecimento para que este mediador compreenda tal processo é o que também busca-se assegurar neste artigo.

No ano de 1998, com o objetivo de oferecer a manutenção e também a criação de novas instituições de educação infantil, o MEC publicou o Conselho Nacional de Educação (CNE), com objetivo de currículos para a educação infantil que ficou todo a cargo de cada instituição e seus professores. E, em 1999 Conselho CNE publica as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil, tais documentos são hoje de grande importância na formulação e reformulação de propostas e avaliação da educação infantil em nosso país. Em 2001, foi aprovada a Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação, que estabelecia as metas para todos os níveis de ensino até 2010, e, para a Educação Infantil foram estabelecidas

26 metas. Algumas das metas são: A ampliação da oferta de atendimento as crianças de 0 a 6 anos de idade, oferta e atendimento com qualidade, realização de estudos sobre o custo da educação infantil, dentre outros. E, em 2014, após a Conferência Nacional de Educação (CONAE) e outros movimentos foi aprovado o novo Plano Nacional de Educação que contempla 20 metas e a meta 1 trata particularmente da educação infantil e, mediante a meta 1 foram encaminhadas 17 estratégias para serem acrescentadas pelos municípios em seus Planos Municipais de Educação (PMEs).

Todavia, toda essa breve descrição da educação infantil não descreve as totais entrelinhas existentes neste processo histórico. Portanto, nos tópicos posteriores ampliaremos a nossa visão acerca das contribuições, interferências, garantia de direito da educação infantil, dentre outros pontos a serem analisados.

2.2 A interferência do Banco Mundial na Educação Infantil no Brasil.

Inicialmente, para destacar de forma minuciosa pode-se dizer que em março de 1990, em Jomtien, Tailândia aconteceu a Conferência Mundial de Educação para Todos e, nesta Conferência se destacou de forma explicitamente clara que “a aprendizagem se inicia desde o nascimento”. De tal forma, participaram dessa

Conferência 155 países, que se comprometeram e assinaram uma Declaração Mundial e um Marco de Ação e comprometimento a garantir uma “educação básica de qualidade” para crianças, jovens e adultos no mundo todo. No entanto, Torres (2001) faz um alerta que esta não foi a primeira vez que uma Conferência Internacional tratou de debater metas com relação à alfabetização e à escolarização e a garantir comprometimento com a temática em questão.

Em meio aos debates e na busca de uma educação de qualidade para todos, percebe-se que as conferências internacionais tiveram grande valia para esse salto significativo na busca da garantia de uma educação melhor. Conforme descrito por Torres (2001) que diz:

Durante a década de 90, a Educação para Todos serviu de marco para o delineamento e a execução de políticas educativas no mundo inteiro, principalmente em educação básica. Com o impulso dos quatro sócios de Jomtien, por intermédio do Fórum Consultivo Internacional para Educação para Todos (EF A Fórum) e, sob a coordenação geral da UNESCO, realizou-se ao longo da década uma série de reuniões, regionais e globais, para avaliar o andamento do programa. (TORRES, 2001, p. 8).

A reflexão descrita acima nos permite vislumbrar e afirmar que as reformas educacionais implementadas e debatidas nas conferências, em conjunto com as medidas adotadas por muitos governos nas últimas décadas, estão em sintonia com a implementação de políticas educacionais de caráter global. Pois bem, em linhas gerais, falar em políticas educacionais globais associados principalmente a educação infantil no Brasil e não falar da interferência do Banco Mundial na política de educação infantil brasileira seria ter um pensamento incompleto. O Banco Mundial, ao contrário do que muitos pensam, não é um banco no qual as pessoas abrem contas ou realizam transações financeiras pessoais como empréstimos, pelo contrário, o Banco Mundial é um órgão pertencente ao sistema Organização das Nações Unidas (ONU) e tem duas missões principais que é acabar a pobreza extrema e diminuir a desigualdade no mundo em desenvolvimento, ou seja, é uma instituição voltada para os países que estão em desenvolvimento que é o caso do Brasil. Portanto, o Banco Mundial tem essa dupla missão que é de utilizar a educação para acabar com a pobreza e diminuir a desigualdade existente. Uma das principais agendas do Banco Mundial é a educação na primeira infância pois, acredita-se que uma das melhores formas de tornar o processo educacional mais eficiente e emancipador e dar apoio a creches e pré-escolas nas quais as crianças

entram no contexto educacional mais cedo com faixa etária de 0 a 5 anos e também fornecendo ações que vão de a orientação dos pais, apoio as creches e pré-escolas, capacitação de professores e outros profissionais, apoio a estrutura onde se desenvolvem as atividades voltadas para a primeira infância.

Portanto, o Banco Mundial realiza uma gama de ações nos mais variados níveis da educação e também nos mais variados lugares do mundo. A atuação do Banco Mundial se faz na forma de apoio financeiro aos países e aconselhamento técnico que por sua vez é destinado aos ministros de cada país. De acordo com observações feitas pelo Banco Mundial, grande parte dos países está conseguindo colocar as crianças nas creches e pré-escolas, todavia, em grandes proporções as crianças não estão aprendendo seja por salas superlotadas, seja por professores não terem recebido o preparo adequado, ou pela falta de materiais didáticos ou até mesmo pela falta de parcerias entre as instituições de ensino e outras instituições de apoio. Em uma das conferências realizada pelo Banco Mundial e seus parceiros associados ao sistema ONU, foram lançadas novas metas para o milênio, dentre estas metas algumas se sobressaem que é o caso de não bastar somente a criança estar na escola mais cedo e sim que a mesma possa aprender e também a garantia de equidade prevalece, ou seja, nesse cenário a educação deve ser vivenciada de maneira igual por todos. Assim, o Banco Mundial é caracterizado por ser sustentado por desafios no processo educacional e adentra no cenário brasileiro na proposição dentro das conferências internacionais para a aplicação de uma educação com início na primeira infância e na garantia de equidade dentro do processo educacional.

2.3 A legislação e o direito a Educação Infantil.

Dentro da legislação brasileira o direito a educação infantil foi efetivamente reconhecido na Constituição de 1988 (art. 208, inciso IV) com a inclusão da creche e da pré-escola ao sistema educativo. Assim temos, “O dever do estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento em creche e pré-escola as crianças de zero a cinco anos de idade” (BRASIL, 1988). A partir dessa lei, as creches que anteriormente eram vinculadas a assistência social passaram a ser de responsabilidade da educação.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, Lei 9.131/95, Art. 3º [...] III As instituições de Educação Infantil devem promover em suas Propostas pedagógicas práticas de educação e cuidados que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivo cognitivos/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível, portanto, a partir desse momento a educação infantil tem que ser encarada como um direito a todas as crianças e não como um privilégio de poucos.

De acordo com Zabala (1998) a capacidade de uma pessoa para se relacionar depende das experiências que vive, e as educacionais são um dos lugares preferenciais, nesta época para se estabelecer vínculos e relações que condicionam e definem concepções pessoais sobre si mesmo e sobre os demais.

Para que a educação infantil possa atender essa demanda, a mesma precisa alterar suas práticas pedagógicas, ou seja, é importante que a instituição deixe perceptível a sua visão de futuro ancorada para o aprendizado pois, ainda existem pessoas que veem a creche como uma instituição essencialmente assistencialista, dessa forma, a proposta pedagógica é sem dúvida uma ferramenta fundamental para o sucesso do progresso educacional do educando.

É importante ressaltar que logo após a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, percebe-se que a mesma tem que ser encarada não somente como o cuidar dos modelos anteriores e sim como a junção do cuidar e educar. Cuidar no sentido de contemplar as necessidades básicas da criança educar porque deve ser oferecido a criança possibilidades de descobertas e de aprendizado.

Numa concepção de direitos, tratar a criança como cidadão está diretamente relacionado no reconhecimento de seus direitos. No ano de 1989, ao ser proclamada a Declaração dos Direitos da Criança, a criança passou a ser reconhecida legalmente como um ser humano singular, com características específicas e com direitos próprios. Porém, nem todas as crianças possuem seus direitos assegurados.

Em meio a um cenário nada propício e pouco otimista certamente isto indica que as crianças ainda não estão sendo de fato consideradas como atores sociais, e como tal ainda não têm seus direitos respeitados e garantidos. Tratar as crianças inicialmente como atores sociais sugere reconhecer suas especificidades, diferenças

e características favorecendo a vivência de uma infância com tratamento justo e adequado.

[...]. Estou convencido de que é também (ainda que não exclusivamente) na democratização do uso das novas técnicas idôneas para a efetivação dos direitos, que talvez esteja um dos caminhos apropriados para a superação das exclusões (MENDEZ, 1994, p.201).

Certamente, pensar em uma criança com garantias de direitos que corriqueiramente são desrespeitados e que vem contribuir para um maior índice de pobreza e desigualdade social, com certeza é algo preocupante em nosso país. A questão a ser respondida neste momento seria descobrir de fato em que situação a criança passa da situação de “as sujeitadas” para de fato, sujeitos de direitos, porém, não somente de direitos embasados em políticas compensatórias e sim em direitos ativos ancorados em políticas públicas reais que declaram a cidadania da criança e revelam seu grito de liberdade em meio a uma condição de emancipação. No entanto, seria necessário explicitar como ocorreu esse lento e revelador processo.

É evidente que no contexto da legislação muito já se garantiu para a educação infantil em nosso país, mas, na prática esta realidade é um pouco diferente, não é regra geral para todas as instituições a dificuldade da garantia do cumprimento da educação infantil, porém, os sujeitos do campo são os que mais tem o seu direito constitucional negado seja por falta de espaço apropriado ou falta de políticas de investimento municipais ou das demais esferas para a criação e efetivação deste direito dentre tantos outros fatores que impossibilitam as atividades de inserção das crianças camponesas da primeira infância na educação para também gozarem dos seus direitos constitucionalmente garantidos. Portanto, a consolidação do que é garantido na constituição e demais documentos que amparam a educação infantil é uma tarefa difícil no cenário atual, pois, é de grande relevância que além de garantir a inserção das crianças nas instituições educacionais infantis, é necessário que a criança tenha condições adequadas como: espaço físico escolar apropriado, profissionais qualificados; recursos didáticos e pedagógicos suficientes, etc., para seu desenvolvimento integral.

É perceptível a necessidade de se criar um Plano Nacional de Educação que venha romper as barreiras ainda existentes no cenário da educação nacional, é nevrálgico e de planejamento de futuro para um país em desenvolvimento, assim:

[...] Elaborar um plano de educação no Brasil, hoje, implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no País. Portanto, as metas são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território [...]. (BRASIL, 2014, p.09).

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma política em movimento que determina diretrizes, estratégias e metas para a educação por um período 10 anos que vai de 2014 a 2024. Tais garantias do PNE são separadas em blocos e, no primeiro bloco encontram-se as metas que garantem o direito a educação básica de qualidade, ou seja, são as metas estruturantes do PNE. Já o segundo grupo de metas estão inteiramente ligados a equidade, ou seja, a garantia de reduzir as desigualdades existentes, enquanto isso o terceiro bloco tem suas metas destinadas a valorização dos profissionais e o quarto bloco traz em seu bojo metas para o ensino superior. Além do PNE, existe o Plano de Ações Articuladas (PAR), que é o conjunto de ações, apoiado técnica e financeiramente pelo Ministério da Educação, objetivando o cumprimento das metas do compromisso de Todos pela Educação.

No Plano Nacional de Educação em vigor, um grupo de 20 metas foram prescritas para serem alcançadas pela educação brasileira e, a meta 1 apresenta uma certa audácia por se tratar de:

Universalizar, até 2016 a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014, p.49)

De fato, é um grupo de metas que certamente embasam a garantia de muita coisa para a educação brasileira, porém, para que esta meta possa ser consolidada, o PNE destacou 17 estratégias que por sua vez deveriam ser parte integrante dos Planos Municipais de Educação. Assim, essas estratégias vão de levantamento da demanda a identificação dos grupos que as recebe, que é o que se caracteriza por busca ativa.

Tendo como ponto de partida a busca ativa para a educação infantil, percebe-se que a esfera federal já tenta tornar o processo de acesso à educação infantil mais minucioso e encaminha aos municípios junto aos seus PMEs a busca na identificação da demanda para a educação infantil. No entanto, o questionamento que surge então é o de como tornar o processo de garantia transparente em relação a demanda na intenção de evita modelos antidemocráticos e clientelistas que

favorecem pessoas em detrimento a negação de direitos de outros.

Em linhas gerais, ao se fazer uma análise no Planos Nacional de Educação que é a Lei de nº 13.005 que foi aprovada no dia 25 de junho de 2014 evidencia-se que a meta 1 que está diretamente voltada para educação infantil não foi alcançada pois, para funcionar de fato precisa de uma política em regime de colaboração com os municípios, ou seja, não há como as metas do plano serem alcançadas se as mesmas forem encaradas de forma isolada sejam pela esfera federal, estadual ou municipal.

O Plano Nacional de educação contempla além da ampliação de atendimento as crianças de quatro e cinco anos na pré-escola contempla também o aumento da demanda de crianças de 0 a 3 anos de idade. Sabe-se que é difícil conseguir alcançar esses objetivos por meio das redes diretas como as prefeituras apesar de todo esse trabalho entre os entes federados e é ai que a legislação abre um espaço para o qual um olhar crítico deve ser voltado que é a parceria público-privado, pois quando se abre essa parceria o município repassa recursos para as entidades administrarem, é tirada nesse momento a responsabilidade do estado e repassada para os terceiros e quando se faz isso não se garante qualidade de atendimento para os dois segmentos na maioria dos casos. Portanto, o que se quer observar aqui com essa análise crítica e a qualidade do ensino e posteriormente a avaliação da educação infantil.

3 DADOS SOCIOECONOMICOS DO MUNICÍPIO DE PORTEL-PA.

Este capítulo dedica-se a descrever algumas informações coletadas sobre o município de Portel. Essas informações estão ligadas tanto aos dados socioeconômicos como também aos dados da educação, economia e saúde pertencentes ao referido lócus da pesquisa. É importante ressaltar que a exposição e reflexão das informações angariadas durante a pesquisa serão colocadas em questão e analisadas quanto a caracterização do município.

3.1 Identificação do município

O Município de Portel pertence à Mesorregião do Marajó e Microrregião de Portel. “ A Sede Municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: S -01 55' 45" de latitude Sul e W - 50 49" 15" de longitude a Oeste de Greenwich.

Figura 1: Vista aérea do município de Portel/Pará.



Fonte: Acervo da SECELT, Janeiro de 2016.

A População Estimada em 2017 em Portel era de 60.322 habitantes. No entanto, no último censo realizado em 2010 a população urbana era de 24.846 habitantes (48% da população) e rural de 27.320 habitantes (52% da população). Ainda com base em dados reais e concretos do último censo de 2010, a densidade demográfica era de 2,06 hab/km² a área total do município era de 25.384.000 Km² sendo a área urbana: 24.043 Km² e a área rural: 25.36.0957 Km². Quanto aos municípios que fazem divisa com Portel, tem-se ao norte o município de Melgaço ao sul o município de Pacajá a leste os municípios de Bagre e Baião e a oeste os municípios de Senador José Porfírio e Porto de Moz.

O Município possui nove distritos: Distrito Portel, Distrito de Acangatá, Distrito Sede Boa Vista, Distrito de Cocal, Distrito de Cipoal, Distrito de Jutaituba, Distrito de Pracajurá, Distrito de Santo Amaro e Distrito de Monte Muriá. Possui apenas o CEP 68480-000 para toda sua área.

Com base em informações do IBGE, elenca-se aqui algumas informações mais detalhadas sobre o município de Portel, tais como:

Trabalho e rendimento: O salário médio mensal dos trabalhadores formais (2016) era de 2,2 salários mínimos. Quanto a população ocupada, ou seja, desempenhando atividades formais, em 2016, este número caracterizava-se por 4,8% da população. Com base em dados do censo de 2010, estima-se que 51% da população tinha rendimento nominal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e que com extrema clareza estão relacionados aos programas sociais e meios autônomos de sobrevivência. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 24 de 144 e 106 de 144, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1080 de 5570 e 5117 de 5570, respectivamente.

Educação: A taxa de escolarização de 06 a 14 anos de idade (2010) era de 89,7%. O IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental (2015) era 3.3 e do ensino fundamental anos finais (2015) era 3.7; na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 138 de 144. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 38 de 144. No ano de 2015 o número de matrículas no ensino fundamental foi de 15.878 matrículas e no ensino médio (2015) 1.673 matrículas. O número de estabelecimentos de ensino fundamental em 2015 era de 164 escolas que englobam campo e cidade.

Saúde: Baseado em dados de 2009, o município contava com 12 estabelecimentos de saúde SUS e apresentava em 2014 a taxa de mortalidade infantil de 13,03 óbitos por mil nascidos vivos.

Economia: O PIB per capita (2015) era de R\$ 7.698,49 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010) era de 0.483.

É muito importante ressaltar que o município de Portel não dispõe de escolas particulares que atendam a educação básica, ou seja, os estudantes das modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, dependem do ensino público.

4 ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE PORTEL/ PA

Este capítulo dedica-se a expor as informações coletadas durante a pesquisa e realizar a análise dos dados, buscando expor de forma sistemática e didática por meio da utilização de quadros, gráficos, imagens e tabelas informativas para uma melhor compreensão das informações. As análises foram realizadas a partir de três pontos centrais: Dificuldades no atendimento da demanda na Educação Infantil; Educação Infantil no município de Portel-PA: negação do direito e; A Relação entre Educação Infantil e o espaço físico.

4.1 Dificuldades no atendimento da demanda na Educação Infantil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe, conforme o artigo 1º, sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, a qual deve ser assegurada pelos municípios. Estes também são responsáveis em garantir às crianças e aos adolescentes, por meio de Conselhos Tutelares e Fundações, o direito à educação. Como diz no artigo 53: “A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]”. Além disso, o próprio Estatuto define que a idade da criança é de zero a doze anos e a do adolescente é de doze a dezoito anos.

Muito ainda precisa ser feito para que o atendimento da demanda de crianças no que tange a educação infantil seja eficiente. Ou seja, em uma estimativa, pode-se descrever que algumas crianças possuem seus direitos violados, com falta de vagas nas instituições escolares infantis; condições de atendimento inadequado; etc. Desta forma, a própria educação infantil no município permeia raízes de assistencialismo. Segundo o Estatuto, com relação à educação escolar, os principais direitos da criança e do adolescente são:

Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
Atendimento em creches e pré-escolas as crianças de zero a seis anos de idade; [...] Ser preparado para o exercício da cidadania, e a preparação para o trabalho. (BRASIL, 1990: 9)

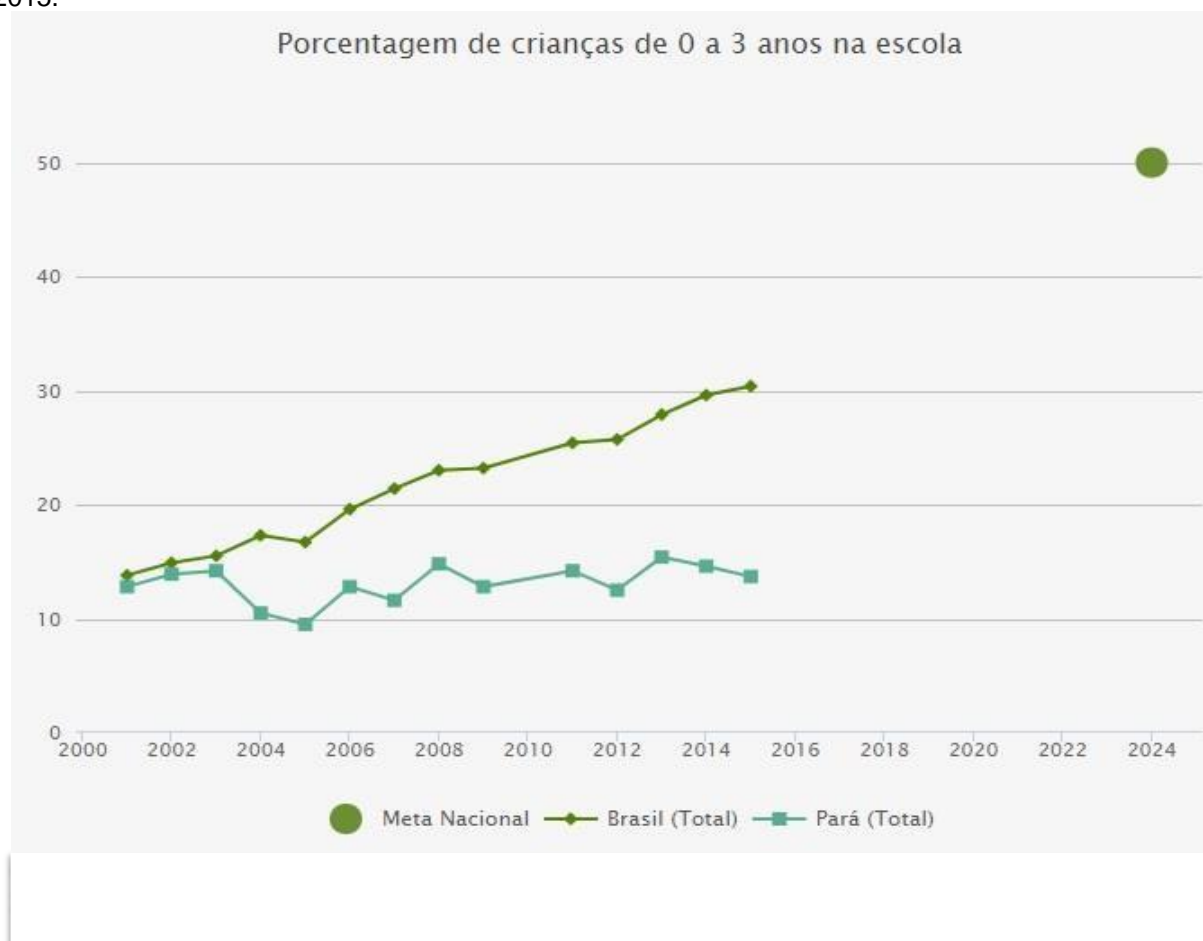
Sendo realista, muito de toda a teoria e enunciados descritos no estatuto está longe de ser colocado em prática. Isto acontece, principalmente, pela deficiência de uma atuação compatível com a realidade das crianças e uma política com foco educativo, direcionada às instituições de ensino. O PNE apresenta vários objetivos e metas. Dentre eles, alguns com especial importância por estarem diretamente relacionados com o presente objeto de estudo. Segundo o PNE (BRASIL, 2014: 15-18), são seus objetivos:

- Ampliar a oferta de educação infantil num prazo de cinco anos;
- Elaborar em um ano os padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado;
- Adaptar os prédios de educação infantil em 5 anos, para que todos estejam conformes aos padrões mínimos;
- Assegurar que, em dois anos, todos os municípios tenham definido sua política para a educação infantil, com base nas Diretrizes Nacionais, Normas Complementares Estaduais e nas sugestões do Referencial Curricular Nacional;
- Incluir as creches ou entidades equivalentes no Sistema Nacional de Estatísticas Educacionais num prazo de três anos.
- Implantar Conselhos Escolares e outras formas de participação da comunidade escolar, com propostas para a melhoria das instituições educacionais;
- Adotar progressivamente o atendimento em tempo integral para crianças de zero a seis anos de idade.

Na busca por dados que traduzissem a demanda de alunos matriculados na educação infantil e a demanda de alunos não atendidos, esbarrou-se em um problema relativamente inadmissível, pois, tanto a Secretaria de Educação de Portel – SEMED quanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, não dispõem de dados satisfatórios. A SEMED aponta que a consulta desse acervo deve ser feita mediante os dados do IBGE, todavia, o IBGE apresenta dados baseados no último censo de 2015 no que se refere à educação em Portel. É importante ressaltar, que os mesmos dados expostos pelo IBGE são expostos pelo observatório do PNE.

Ao se fazer comparativo entre o crescimento nacional e estadual da educação infantil até o ano de 2015 (ano do último censo), os dados expostos pelo IBGE, serão expostos e descritos nos gráficos a seguir:

Gráfico 1: Comparativo nacional e estadual de Percentual de crianças de 0 a 3 anos na escola até 2015.



Fonte: IBGE. Consultado em 5 de Março de 2018.

O indicador calculado pelo Todos Pela Educação, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) /IBGE, mostra que desde 2005 há um crescimento constante na porcentagem dessas crianças na Educação Infantil, atingindo a marca nacional de 30,4% e estadual de 13,7% em 2015. Em números absolutos, isso significa que mais de 3,5 milhões de crianças estavam nas creches em 2015. É evidente que os dados relativos ao estado do Pará, relativamente, não são satisfatórios quando colocados em comparação com a média nacional e fica claro que a partir de 2014 houve um declínio significativo.

Gráfico 2: Comparativo nacional e estadual de Percentual de crianças de 4 e 5 anos na escola até 2015.



Fonte: IBGE. Consultado em 5 de Março de 2018.

Observa-se, desde 2001 um crescimento constante na porcentagem dessas crianças na Educação Infantil, tendo atingido a marca nacional de 90,5% e estadual de 82,2% em 2015 segundo dados da PNAD. Desse modo, em números absolutos, aproximadamente 4,9 milhões das crianças brasileiras neste intervalo de idade não estavam na pré-escola. Fica claro no gráfico 03 que a meta nacional é crescente, todavia a média estadual evidencia pequenos crescimentos seguidos de muitos declínios e que nos últimos anos, ou seja, a partir de 2014 demonstram declínio expressivo.

Os gráficos apontam dados relativamente positivos no que tange a consolidação do direito a educação infantil. No entanto, o que deve ser colocado em evidência não é a quantidade, e sim, a qualidade. De tal forma, a problematização maior é: Até quando as camadas populares da sociedade brasileira terão que conviver com precariedades da educação infantil? Quando o fator qualidade estrutural será relativamente considerado? Enfim, estes questionamentos são de extrema importância para que se chegue em soluções no atendimento da educação infantil.

4.2 Educação Infantil no município de Portel-PA: negação do direito

Inicialmente, ao se fazer a pesquisa na busca de expor dados concretos acerca da educação infantil no município de Portel/Pará, se fez necessário consultar os dados apresentados pela coordenação da educação infantil do município representado pela Secretaria Municipal de Educação de Portel (SEMED) e que estão baseados no censo escolar.

A tabela a seguir, retrata o número de matrículas na educação infantil (creche e pré-escola) em Portel, fazendo um comparativo de dados obtidos do ano de 2014 até o ano de 2017 e que enfatizarão como vem sendo evidenciado na realidade o atendimento de alunos matriculados na educação infantil no referido município.

Tabela 1: Número de matrículas na Educação Infantil no Município de Portel-PA

Ano	Total	2014=100	Creche	2014=100	Pré-escolar	2014=100
2014	2393	100,00	442	100,00	1951	100,00
2015	2266	94,69	446	100,90	1820	93,29
2016	2284	95,45	384	86,88	1900	97,39
2017	2265	94,65	453	102,49	1812	92,88

Fonte: Censo Escolar

Ao se analisar os dados apresentados na tabela 01, é explicitamente claro que houve significativamente um declínio no número de matrículas do ano de 2014 para o ano de 2017 tanto na creche como também na pré-escola. Quanto a creche, ao se caracterizar o ano de 2014 como o número máximo de matrículas e a percentual máximo, pode-se dizer que se perdeu 5,35% de matrículas na creche tomando como base o ano de 2014 indo até o ano de 2017. Quanto a pré-escola tomando como base o ano de 2014 até o ano de 2017, houve a diminuição de 7,12% no número de matrículas realizadas. Ou seja, enquanto, no cenário nacional o número de matrículas cresce anualmente, o número de matrículas na creche e pré-escola em Portel vem na contramão a este crescimento.

A tabela a seguir, denominada tabela 02, apresentará o número de matrículas na educação infantil - Pré-escolar no município de Portel e demonstrará uma minuciosa amostra dos dados obtidos.

Tabela 2: Número de matrículas na Educação Infantil - Pré-Escolar -no Município de Portel-PA

Pré-Escolar					
Ano	Total	Urbano	%	Rural	%
2014	1951	1255	64,3	696	35,67
2015	1820	1143	62,8	677	37,20
2016	1900	1201	63,2	699	36,79
2017	1812	1115	61,5	697	38,47

Fonte: Censo Escolar

A tabela 02 evidencia de forma clara, o número de matrículas na pré-escola em Portel, tanto no meio urbano quanto no meio rural e como grau comparativo, utilizam-se os anos que vão de 2014 a 2017. É notório que o declínio do número de matrículas está explícito nos dados apresentados, pois, ao se expor os dados pertencentes à zona urbana percebe-se que em 2014 o percentual de alunos matriculados na pré-escola era de 64,3% (1255 matrículas) e que em 2017 passou a ser de 61,5% (1115 matrículas). De tal maneira, o meio rural que em 2014 tinha um percentual de 35,67% (696 matrículas) e em 2017 passou para 38,47% (697 matrículas), ou seja, são números relativamente baixos para o campo, haja vista que maior parte da população de Portel é rural.

A tabela a seguir, fará a apresentação dos dados relativos aos números das matrículas na creche em Portel, utilizando como base o ano de 2014 a 2017 e levantando a análise dos números tanto da área urbana quanto na área rural.

Tabela 3: Número de matrículas na Educação Infantil – Creche -no Município de Portel-PA

Creche					
Ano	Total	Urbano	%	Rural	%
2014	442	377	85,3	65	14,71
2015	446	436	97,8	10	2,24
2016	384	366	95,3	18	4,69
2017	453	439	96,9	14	3,01

Fonte: Censo Escolar

O número total de matrículas na creche em Portel passou de 442 matrículas em 2014 para 453 matrículas em 2017. Ou seja, estes números muito baixos representam o número total de matrículas realizadas em Portel. A situação fica mais clara quando se apresentam os dados separadamente entre meio urbano e rural, pois, enquanto em 2014 o percentual de matrículas na creche no meio urbano era

de 85,3% (377 matrículas), neste mesmo ano no meio rural o percentual era de 14,71% (65 matrículas); já no ano de 2017 o percentual de matrículas no meio urbano aumentou para 96,9% (439 matrículas) e assustadoramente, o as matrículas do meio rural tiveram um notório declínio para 3,01% (14 matrículas).

É importante ressaltar que estamos caminhando em contramão ao crescimento nacional no número de matrículas e que o meio rural vem apresentando dados significativamente amplos de que a situação é alarmante e que muito precisa ser feito para o cumprimento de que a legislação garante quanto o direito da criança ao acesso e permanência na escola.

Contudo, ao expor a análise sobre a questão estrutural das escolas de educação infantil do meio rural, pode-se criar várias hipóteses que podem ser assertivas ou errôneas, no entanto, podem ser levantadas. Pois bem, a demanda da educação infantil no campo é grande como na cidade e pode ser que o atendimento seja de fato tendo em vista o direito universal a educação ou simplesmente para o aumento positivo de alunos atendidos. Entretanto, até mesmo as escolas da cidade que exclusivas para a educação infantil (diferente das escolas do campo que são de ensino fundamental e abrem suas portas para crianças da educação infantil) possuem suas mazelas de falta de espaço para atendimento da demanda de alunos do município.

4.3 A Relação entre Educação Infantil e o espaço físico

Figura 2: 1ª foto Escola de Educação Infantil Ana Margarida Portel/Pará. 2ª foto Sala de aula da educação infantil na escola Elmo Balbinot (zona rural). 3ª foto Obra de Escola de educação infantil paralisada



Fonte: Baía. Março de 2018.

As imagens apresentadas fazem uma alusão aos contextos evidenciados quanto à questão estrutural para o atendimento da educação infantil no município de Portel. Na sede de Portel, existem 06 escolas específicas para o atendimento da Educação Infantil, são elas: EMEI Orlando Pinto Monteiro, EMEI Aprender, Brincar e Crescer, EMEI Professora Ana Margarida Monteiro, EMEI Juventude La-Paz, EMEI Odiléia da Silva, EMEI Casulo da Mônica. Em consonância com a imagem que apresenta uma obra inacabada de escola de educação infantil, na sede do município existem 05 (cinco) escolas que estão com suas obras paradas e sem previsão de retomada.

Ao se falar do atendimento de crianças de 0 ano a 5 anos na escola, percebe-se que antigamente não se valorizava a importância ao espaço físico e nem mesmo se percebiam o aspecto deste como “chave” de todo trabalho pedagógico realizado nas escolas de Educação Infantil, sem perceberem que faz parte do processo de educação. Porém, na atualidade sabe-se da imensurável importância que o espaço físico escolar possui no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

A criança desde que nasce precisa de espaços que ofereçam liberdade de movimentos, segurança e que acima de tudo possibilitem sua socialização com o mundo e com as pessoas que a rodeiam. Espaços estes de direito de todas as crianças sejam eles: públicos, privados, institucionais ou naturais. Segundo Lima (2001, p.16): “o espaço é muito importante para a criança pequena, pois muitas, das aprendizagens que ela realizará em seus primeiros anos de vida estão ligadas aos espaços disponíveis e/ou acessíveis a ela”.

De acordo com a Lei 9.394 (BRASIL, 1996), sancionada em dezembro de 1996, estabelece, na seção II, referente à Educação infantil, artigo 29 que está tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Neste contexto do desenvolvimento integral, ressalta-se o aspecto físico, proporcionando a qualidade da educação como base da Educação Infantil, pois, de acordo com Frago e Escolano (1995, p. 69) o espaço escolar não apenas é um “cenário” onde se desenvolve a educação, mas sim “uma forma silenciosa de ensino”.

Mas para isso acontecer é preciso de um espaço físico adequado e estruturado, ajudando-a se desenvolver da forma mais conveniente com as características que cada uma apresentar. Vale também ressaltar que o ambiente físico não ajuda somente a criança se expressar, mas a pedagogia aplicada na escola fica evidente, de acordo com Faria (1998 p. 95) “[...] em todas as escolas de educação infantil para as crianças de zero a cinco anos o espaço físico se expressará a pedagogia adotada”.

O espaço acaba tornando-se uma condição básica para poder levar adiante muitos dos outros aspectos-chave. As aulas convencionais com espaços indiferenciados são cenários empobrecidos e tornam impossíveis (ou dificultam seriamente) uma dinâmica de trabalho baseada na autonomia e na atenção individual de cada criança (ZABALZA, 1998, p. 50).

Assim, o espaço é fundamental para o desenvolvimento corporal e aprendizado da criança, ajudando na superação das condições de ensino. Portanto, em relação à área de construção do prédio, recomenda-se que área construída deverá corresponder a 1/3 da área total e não ultrapasse 50%. Considerando a relação entre a área construída e áreas livres como: área de recreação, área verde/paisagismo, estacionamento e possibilidade de ampliação (BRASIL, 2006). O ambiente escolar deve proporcionar conforto, segurança, proteção acerca das oportunidades de as crianças explorarem o espaço (MONTESSORI, 1965).

Conforme Batista (1998, p.1): “O que se percebe, no cotidiano da educação infantil, é que existe, ainda, uma grande distância entre o que se pretende e o que se realiza, o que se “quer fazer” e o que se “pode fazer”, ou seja, apesar dos grandes avanços nas leis brasileiras, muitas instituições não possuem estrutura para o atendimento previsto, e as intenções propostas pelos educadores nem sempre são possíveis de se concretizar, por falta de apoio ou conhecimento.”

A organização dos espaços de educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, desenvolvendo suas potencialidades e propondo novas habilidades sejam elas: motoras, cognitivas ou afetivas. A criança que vive em um ambiente construído para no qual ela possa vivenciar emoções que a farão expressar sua maneira de pensar, bem como a maneira como vivem e sua relação com o mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou analisar os principais documentos; a historicidade; e os direitos de integração e permanência das crianças de 0 a 5 anos no processo educativo infantil no município de Portel/Pará. Ao término da pesquisa, considera-se que os objetivos pensados e traçados foram atingidos.

A pesquisa realizada e que consolidou neste documento foi de suma importância para a aplicabilidade, contextualização, teoria e prática dos conhecimentos aprendidos dentro da academia no curso de Licenciatura em Pedagogia. Realizar uma análise de um tema tão amplo como a educação infantil, foi uma tarefa árdua e enriquecedora. Ressalta-se aqui, que embora tenha sido buscada a mais minuciosa explanação dos dados, tal ação em alguns momentos a busca esbarrou em fatores como a própria carência de dados satisfatórios e atualizados em relação ao lócus da pesquisa (Município de Portel). Acredito, que o necessário para este debate fora conseguido, pois, balizado em dados do IBGE e Censo escolar foi possível realizar a análise do tema proposto e também respostas explícitas para a problemática apresentada neste documento. Com muito empenho e ajuda da SEMED (Secretaria de Educação de Portel) foi possível acrescentar neste documento dados mais atualizados relacionados ao número de matrículas da creche e pré-escola no município de Portel e que são conexos até o ano de 2017.

Na análise dos dados, foi possível observar que mediante a necessidade de atendimento de crianças a educação infantil, muito se primou pelo fator quantidade e não qualidade, pois existem muitos locais ofertando o atendimento à educação infantil em situação de extrema precariedade e colocando em risco a integridade de muitas crianças.

Considera-se a questão estrutural da educação infantil um fator determinante no processo de ensino aprendizagem, assim, fica evidente que estamos caminhando a curtos passos em busca de uma utopia de educação que se encontra a longo prazo. É dicotômico neste momento, pois embora o atendimento não seja de extrema qualidade como pede a legislação, os números comprovam cada vez mais brasileiros atendidos e tendo seus direitos sendo contemplados sejam eles por meio de políticas públicas reais e de investimento afimco na educação ou por políticas assistencialistas e compensatórias que brevemente poderão se tornar políticas públicas que garantam realmente o que a legislação garante a cada brasileiro no que

se refere à educação infantil. Foi notório nessa pesquisa que a realidade da educação infantil em nosso município é precária, e que muito ainda precisa ser feito para que direito e realidade caminhem de mãos dadas e, quem ganha com tudo isso é a população portelense.

Como resultado da pesquisa, conclui-se que o atendimento da educação infantil em Portel, em sua maioria funciona em situação de extrema precariedade, principalmente na zona rural, onde as crianças precisam pegar embarcação precária para chegar até a escola. Outro ponto negativo são as 5 obras de escolas de educação infantil que encontram-se paradas sem data para continuação.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Rosa. **A rotina no dia-a-dia da creche: entre o proposto e o vivido**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: www.ced.ufsc.br/~nee0a6/trosaba.PDF-. Acesso em: 05/03/2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**: encarte 1. Brasília, DF: MEC, 2006.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e do adolescente. Brasília, DF, 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. **Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14> acesso em janeiro de 2017.

_____. MEC. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998 .

DEMO, Pedro. **Metodologia da Investigação Científica em Educação**. Curitiba: Editora IBPX, 2003.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A,1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da solidariedade**. São Paulo: Villa das Letras Editora, 2009^a.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas,1999.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Elvira de Souza. **Como a criança pequena se desenvolve**. São Paulo: Sobradinho, 2001.

MENDEZ, Emílio Garcia. **Infância e Cidadania na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MONTESSORI, M. O ambiente. In: _____. **Pedagogia científica**. São Paulo: Flamboyant, 1965. p. 42-53.

TORRES, R. M. **Educação para todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **O desenvolvimento psicológico na infância**. 1^o ed. Martins Fontes, São Paulo, 1998.

ZABALA, A. A. **Prática Educativa: Como ensinar**; trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.